



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 14 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em catorze de dezembro do ano de dois mil e doze, na Sala de Comissões nº01 da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

1
2
3
4
5
6

7 Às catorze horas e trinta e sete minutos do dia catorze de dezembro de dois mil e doze, na Sala de
8 Comissões nº01 da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se o
9 Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em Sessão Ordinária
10 número catorze. Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e Urbanistas **MARCOS**
11 **ALEXANDRE JOBIM, JORGE RAINESKI, DÉCIO GOMES GÓES**, os Suplentes de Conselheiros
12 Estaduais Arquitetos e Urbanistas **SERGIO OLIVA** e **TAIANA POLLI**, os empregados do CAU/SC, o
13 Diretor Geral **JOÃO EDMUNDO BOHN NETO**, o Advogado **GUSTAVO SOUZA SANTOS** e a Gerente
14 Financeira **FERNANDA MARIA PIRES**. Ressalta-se que as ausências dos conselheiros **GIOVANNI**
15 **BONETTI, SÔNIA SUZETE ROESE, FÁRIDA MIRANY DE MIRA, CESAR FRANCISCO CIARINI,**
16 **ANDRÉ LUIZ SERAFIM, ADEMIR LUIZ BOGONI** e dos suplentes **MARCO AURÉLIO BISSANI,**
17 **DANIEL RODRIGUES DA SILVA, GLICÉRIO JUNIOR WEBER, LEONARDO HENRIQUE DANTAS**
18 foram devidamente justificadas. Após a verificação e constatação da existência de quórum, o
19 presidente do CAU-SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA**, agradeceu a presença de todos
20 Conselheiros e declarou iniciada a reunião, lembrando aos conselheiros a necessidade de desligarem
21 seus celulares, alertando para o uso dos microfones e lembrando o horário do término da reunião. Em
22 seguida apresentou a pauta para aprovação e solicitou que fosse alterada a ordem dos itens, de modo
23 que o item seis (apresentação e votação) fosse discutido após a aprovação da ata da plenária
24 anterior, pois alguns Conselheiros informaram que não estariam presentes até o final da reunião. O
25 Conselheiro Raineski solicitou que o item cinco (relato das comissões) fosse o terceiro ponto a ser
26 discutido. Acatada as sugestões, estabeleceu-se a nova ordem dos itens da pauta: 1. Aprovação da
27 ata da reunião plenária de 09/11/2012; 2. Apresentação e votação: a) Agenda plenária 2013, b) Planos
28 de ação e orçamento 2013, c) Locação das salas da sede provisória; 3. Relato das comissões; 4.
29 Leitura de extrato das correspondências expedidas e recebidas; 5. Relato do Presidente; 6.
30 Comunicados dos diretores; 7. Manifestação dos Conselheiros estaduais em assuntos de interesse do
31 plenário; 8. Propostas de pauta para aproxima plenária. O presidente colocou em discussão a ata da
32 plenária número treze, que foi aprovada por três votos, com a abstenção do Conselheiro Décio, por
33 não ter lido, e do Conselheiro Sérgio, por ausência na reunião anterior. Passando ao item dois, foi
34 colocada em discussão a agenda de reuniões plenárias para o ano de dois mil e treze. O presidente
35 sugeriu que fosse aprovada apenas a data da reunião de janeiro e nesta, as outras seriam agendadas,
36 ou que fossem aprovadas as doze reuniões do ano de dois mil e treze, com possibilidade de
37 alterações, de acordo com o Calendário do CAU/BR que será aprovado. Em seguida questionou a
38 importância existência da plenária de dezembro, por se tratar de uma época de viagens e outros
39 compromissos, o que pode impossibilitar o acontecimento da reunião por falta de quórum. O
40 Conselheiro Jobim discordou, alegando que o cancelamento da reunião não seria a solução, e sim um
41 maior comprometimento e participação dos conselheiros. O presidente lembrou que a reunião que
42 estava acontecendo, estava marcada para o dia sete, data que coincidiu com o Seminário
43 Internacional do CAU/BR. O Conselheiro Raineski se apresentou favorável a marcar apenas a data da
44 reunião de janeiro e questionou se as datas do congresso nacional e estadual já estariam nessa
45 agenda. O Conselheiro Sérgio solicitou que fosse elaborada uma agenda anual, pois em janeiro
46 poderia não haver quórum na plenária devido às férias. O presidente informou que, segundo o
47 Conselheiro Federal Roberto Simon, com o complemento das datas dos congressos e seminários, não
48 haveria muitas alterações na agenda do CAU/BR apresentada, mas reforçou que esta seria aprovada
49 apenas na semana seguinte. A Conselheira Taiana apoiou a idéia de agendar apenas a primeira
50 plenária, pelo reduzido número de conselheiros titulares presentes. O presidente informou que as
51 reuniões se manteriam nas sextas-feiras e, sempre que possível, antes do dia quinze, evitando
52 coincidir com a agenda do CAU/BR. Apresentou a sugestão de datas para as plenárias de dois mil e
53 treze: dezoito de janeiro, quinze de fevereiro, quinze de março, doze de abril, dezessete de maio,



54 catorze de junho, doze de julho, dezesseis de agosto, treze de setembro, onze de outubro, oito de
55 novembro, e treze de dezembro. O Conselheiro Décio informou que nos meses de janeiro e fevereiro
56 estará licenciado e que seu suplente o representará nas duas reuniões. Sugeriu que fossem
57 aprovadas as datas apresentadas, com possibilidade de ajustes, de acordo com a agenda do
58 CAU/BR. O presidente releu as datas, que com cinco votos, foram aprovadas. Passando para a
59 apresentação e votação dos Planos de Ação e Orçamento dois mil e treze, a Gerente Financeira
60 Fernanda apresentou os Planos de Ação e fez a leitura do orçamento do CAU/SC, já aprovados pelo
61 CAU/BR. Salientou que o valor do concurso era simbólico, para eventuais custos, pois as empresas
62 cotadas arrecadam apenas o valor das inscrições. Enfatizou que os valores das receitas, como de
63 RRT, por exemplo, são estimativas do CAU/BR, e que a estrutura de contas, também formulada pelo
64 CAU/BR, já está disponível no site. Salientou que as despesas com pessoal contemplam novos
65 funcionários. O Conselheiro Raineski fez seu questionamento referente ao repasse proposto pelo
66 CAU/BR para os CAUs deficitários e perguntou se o CAU/SC poderia ter que alterar o orçamento já
67 aprovado. O presidente informou que será deliberado o formato desse repasse, e que o planejamento
68 da comissão responsável será apresentado na semana seguinte. Confirmou que podem ocorrer
69 alterações no orçamento até mês de março. Plano de Ação e Orçamento dois mil e trezes foram
70 colocados em votação pelo presidente e aprovados por unanimidade. Passando para o item de
71 apresentação e votação da locação as salas da sede provisória, o Conselheiro Jobim iniciou sua
72 apresentação em nome da Comissão de Patrimônio, lembrando que esta foi a segunda plenária que o
73 coordenador da comissão, o Arquiteto e Urbanista Leonardo Dantas, não esteve presente. Em
74 seguida lembrou que foi feita a doação de um projeto para reforma da sede provisória, mas que as
75 instalações da sala não comportam mais a estrutura do Conselho. A comissão fez uma série de
76 pesquisas, e apresentou como sugestão para locação, um espaço no Edifício Royal Office, local onde
77 está instalado o Conselho Regional de Administração, tendo em vista atender melhor as necessidades
78 do conselho, por comportar com mais conforto os funcionários e comissões. Reforçou que se faz
79 necessário a locação de uma sala de trezentos metros quadrados, em média, podendo assim, de
80 preferência, comportar também as reuniões plenárias. Foi passada a palavra para o Diretor Geral,
81 para que fossem passados detalhes técnicos. O Diretor informou que havia outra opção, mas que
82 buscando atender as necessidades dos próximos quatro ou cinco anos, a proposta apresentada
83 anteriormente pelo Conselheiro Jobim se tornou mais adequada. Falou que hoje o CAU/SC conta com
84 doze funcionários e que a prospecção para os próximos quatro anos é de vinte e dois e mais dois
85 conselheiros. Como a outra opção que estava sendo avaliada não comportava mais as estimativas
86 propostas, restaram duas opções no Edifício Royal Office, que se diferenciam apenas pela quantidade
87 de vagas no estacionamento, uma com seis e outra com quatro. A proposta inicial de locação do
88 espaço com seis vagas era de 12 mil reais mensais, por três anos. Em uma segunda negociação, foi
89 apresentada a seguinte proposta: dois meses de carência no aluguel, pagando apenas as taxas de
90 condomínio e IPTU nesse período, nove mil e quinhentos reais mensais no primeiro ano e onze mil
91 reais até o término do contrato de três anos, com os devidos ajustes. O Conselheiro Raineski
92 concordou com o exposto, questionou se haveria multa rescisória do contrato de aluguel da sala atual
93 no caso da mudança, e questionou a respeito das alterações necessárias para acomodação do
94 conselho na nova sede provisória. O Diretor Geral respondeu que a sala não exige reformas, com
95 exceção da parte elétrica, de informática e dos banheiros e informou que a idéia é estar instalado na
96 sede nova até o dia quinze de março. Falou que a minuta de contrato que veio da Ibagy já foi alterada
97 e adequada para uma autarquia federal pelo advogado Gustavo, e que está sendo negociado para
98 que a carência do contrato seja a partir de janeiro, não acumulando dois aluguéis no mês de
99 dezembro. Passou a palavra para o Advogado para que pudesse fazer sua exposição com relação à
100 multa contratual. O Presidente apresentou o novo Advogado do CAU/SC, Gustavo, que confirmou a
101 existência de uma multa que está dentro da legalidade. Sobre o contrato da nova sede, disse que o
102 proprietário exigiu o pagamento do condomínio do mês de dezembro, por critério de reserva. O
103 Conselheiro Décio perguntou qual seriam o valor da diferença do aluguel e o valor da multa rescisória.
104 O Diretor Geral informou que o aluguel da sala atual é de cinco mil reais e o advogado informou que a
105 multa é no valor de um mês de aluguel. O Conselheiro Jobim lembrou que no início do contrato da
106 locação da sede atual também houve carência, o que acaba compensando a multa. Quando
107 questionado sobre a aquisição da sede definitiva, pelo Conselheiro Sergio, o Conselheiro Jobim



108 informou que a Comissão de Patrimônio está bastante inclinada à aquisição da sede através de
109 concurso público, no caso de construção. O Conselheiro Sergio questionou uma compra de sede
110 provisória, ao invés de locação. O presidente se manifestou dizendo que o CAU/SC tem o ideal de
111 uma sede não-corporativa, e falou da importância de uma sede definitiva num edifício emblemático, ou
112 na construção através de concurso e que a compra de uma sede provisória poderia atrasar estes
113 processos. O conselheiro Raineski disse que não vê a possibilidade de uma sede definitiva neste
114 formato antes de cinco anos, e também questionou a possibilidade da compra uma sede provisória. O
115 Conselheiro Sergio insistiu na idéia e disse que talvez fosse mais válido fazer uma projeção em curto
116 prazo para depois vender. O presidente explicou que com a compra de uma sede provisória, o
117 Conselho perde a alavancagem, cria-se a necessidade de venda de uma sede para o início de um
118 projeto definitivo. O Diretor Geral lembrou que a questão não é apenas o número de funcionários, mas
119 sim a necessidade de abrigar todo o funcionamento do Conselho. Falou que foi cogitada a compra de
120 duas salas no Edifício Premier, que teria o custo de dois milhões e meio de reais, mas atenderia
121 apenas as necessidades imediatas, e chegou-se a conclusão de que não é interessante imobilizar
122 este valor até que o concurso seja feito, é inviável depender da venda de um imóvel para efetuar a
123 compra de um terreno. O Conselheiro Jobim ainda lembrou que os imóveis tombados têm um custo
124 exorbitante, além da dificuldade de alterações no espaço, e com relação aos terrenos da União, não
125 há disponibilidade e a espera pode ultrapassar dez anos, concluindo assim que locação provisória,
126 concurso e construção de uma sede definitiva são mais viáveis para o Conselho. O presidente pediu a
127 palavra e falou que tinha acabado de receber a informação da Gerencia Técnica de que os novos
128 números do CAU já estavam no sistema. Em seguida, colocou em votação a locação da sede
129 provisória, que foi aprovada por unanimidade. Iniciado os relatos das comissões, o Conselheiro
130 Marcos Jobim, coordenador da Comissão de Ensino e Exercício Profissional disse que desde
131 setembro as reuniões da comissão têm ocorrido com apenas dois membros, e expôs os pontos
132 discutidos na última reunião: fiscalização, comentada pela fiscal Franciani e o seminário da ABEA, que
133 será relatado pelo Conselheiro Raineski. Com a palavra, a fiscal relatou que foram encaminhadas
134 notificações referentes à Mostra Casa Nova, e informou que algumas estão sendo regularizadas e nos
135 outros casos, serão lavrados autos de infração. Foi fiscalizada a obra da Igreja São Francisco, que
136 não possuía RRT, algumas obras de interiores, que gerou dificuldades para identificação do trabalho
137 do arquiteto, e outras obras externas. Salientou que o maior problema é a ausência das RRTs e disse
138 que por sugestão do vice-presidente seriam feitas cinco fiscalizações por semana, totalizando quinze
139 até o final do ano. O Conselheiro Décio perguntou se a fiscal seguia algum roteiro para fiscalização, e
140 se a prefeitura já havia sido visitada. A fiscal respondeu que neste primeiro momento está apenas
141 fazendo a fiscalização no centro da cidade, até mesmo por falta de identificação e dificuldade de
142 deslocamento. O presidente se manifestou com relação aos convênios com as prefeituras citando a
143 dificuldade no agendamento, devido à troca de gestores. O Conselheiro Jobim reforçou que ainda não
144 há um manual de fiscalização elaborado pelo CAU/BR, que a fiscalização vem sendo feita através de
145 um questionário elaborado pela fiscal, que inclusive tem servido de referência para os outros estados.
146 O Conselheiro Raineski fez um convite para que fosse feita uma reflexão a respeito das demandas
147 necessárias de parceria CREA/CAU estadual, o que poderia facilitar a fiscalização, para que não
148 ficássemos dependentes apenas da parceria CAU-BR/CONFEA. Orientou também a fiscal Franciani a
149 entrar em contato com o Conselheiro Sérgio, que coordenou a elaboração do manual de fiscalização
150 de arquitetura para o CREA, para possíveis contribuições na fiscalização do CAU. A Conselheira
151 Taiana se manifestou dizendo que o link para denúncias no site do CAU é muito discreto, que fez
152 denúncias e nunca obteve retorno. Enfatizou que acha importante que o CAU mude essa postura, pois
153 no CREA as denúncias não eram mais realizadas por não terem andamento ou retorno. Solicitou
154 também para que no link das denúncias houvesse um espaço para que fossem anexados arquivos. A
155 fiscal esclareceu que não recebe as denúncias e o Conselheiro Jobim explicou que a denúncia
156 realizada no SICCAU, é recebida pela Gerência Técnica, que encaminha para a Comissão de Ensino
157 e Exercício Profissional, que faz a análise, encaminhando para fiscalização ou fazendo o
158 arquivamento. Informou também que há um acúmulo desses processos, inclusive alguns vindos do
159 CREA. A Conselheira Taiana sugeriu um mutirão para análise e se colocou à disposição. Sugeriu
160 também que fosse iniciada uma fiscalização de gabinete, através da lista telefônica, sites, jornais,
161 anúncios, verificando se há um arquiteto responsável nas empresas e obras. O Conselheiro Jobim



162 solicitou que as sugestões fossem encaminhadas por escrito para a comissão. O Conselheiro Sergio
163 também se dispôs a auxiliar nas análises dos processos. O Conselheiro Jobim de declarou favorável à
164 formação de um grupo de pessoas interessadas em fazer as análises, lembrou que será necessária
165 muita confiança, para assinar uma análise que não foi realizada pela própria pessoa e disse que irá
166 convocar conselheiros titulares e suplentes para a próxima reunião da comissão. O coordenador
167 passou a palavra para o Conselheiro Raineski que esteve presente no XXXI Encontro Nacional sobre
168 Ensino de Arquitetura e Urbanismo e XXXV Reunião do Conselho Superior da ABEA, que relatou que
169 um dos debates mais importantes no encontro foi com relação à proliferação das Escolas de
170 Arquitetura e Urbanismo, com destaque para o estado de Santa Catarina, que o pior cenário do país e
171 ainda possui três cursos tentando se instalar. Na discussão foi afirmado que o CAU deve evitar a
172 proliferação dos cursos desqualificados, mas ao mesmo tempo lembrou que nenhum conselho tem
173 gerência sobre qualquer curso, e que o MEC é o único responsável. Citou que a idéia de um exame
174 de ordem foi refutada por unanimidade, por não ser qualificador e não garantir a qualidade do
175 profissional. O exame se torna para a prova e não para a profissão, além de gerar a comercialização
176 dos cursos preparatórios. Foi apresentada a idéia de um selo de qualidade opcional, para premiar os
177 cursos de melhor qualidade, mas acaba não sendo conveniente, pois a ABEA questiona a falta de
178 garantias na formação de uma banca julgadora com total isenção de influências. Salientou a idéia de o
179 CAU manifestar o interesse em estar presente na aprovação da inserção de novos cursos junto ao
180 MEC, e destacou a importância dessa parceria. O Conselheiro entregou um material com o resumo do
181 encontro para o acervo do CAU. O Conselheiro Décio retomou a discussão em torno da fiscalização
182 sugerindo um trabalho político e profissional para que a fiscalização se enraíze em todo o estado,
183 sugeriu novamente uma agenda de visitas às prefeituras, e reforçou a necessidade de uma adaptação
184 da legislação local, não apenas federal a fim de eliminar a dificuldade na aceitação das RRTs. Falou
185 da necessidade de uma parceria, uma nova relação com as prefeituras, da elaboração de uma agenda
186 de visitas em todos os municípios para popularizar o CAU. A Conselheira Taiana relatou que na região
187 de Itajaí e das grandes cidades, a aceitação dos RRTs têm ocorrido sem grandes problemas e sugeriu
188 que a agenda de visitas fosse iniciada pelas menores cidades. O Conselheiro Jobim solicitou ao
189 Conselheiro Décio a elaboração de uma minuta de carta para visita nas prefeituras. O presidente
190 lembrou que essas visitas estão no Plano de Ação do gabinete da presidência, mas que o maior
191 problema é que não há o repasse das informações para as instituições, e reforçou a importância do
192 papel dos conselheiros nas regiões, no contato com as prefeituras representando o Conselho. O
193 Conselheiro Raineski enfatizou o grande número de municípios e lembrou que seria interessante fazer
194 esse contato através de entidades, como a FECAM, por exemplo. Lembrou que a valorização dos
195 vereadores, no legislativo, pode agilizar o processo de disseminação do CAU e sugeriu a criação de
196 uma notícia de âmbito estadual para que seja apresentada a negligência das prefeituras com relação
197 à aceitação das RRTs. A Conselheira Taiana colocou à disposição do Conselho, um material
198 elaborado por ela, quando foi representante do CAU na Faculdade Avantis, que solicitou um material
199 especificamente voltado para os estudantes, focado nas atribuições e competências do profissional. O
200 Conselheiro Raineski lembrou que o curso dessa faculdade é no período noturno e que com a
201 inclusão do estágio obrigatório, os cursos deste período seriam extintos. A Conselheira Taiana sugeriu
202 que o CAU elaborasse um prêmio estudantil diferente do modelo do CREA, que exige inscrição, não
203 tendo assim a participação de todos os alunos, e que direciona para o mesmo aluno os prêmios de
204 todos os quesitos. O Conselheiro Jobim disse que o CAU deve ser um provedor de recursos de
205 premiação para bons trabalhos de TCC. Ao passar para o item de correspondências expedidas e
206 recebidas, o Conselheiro Raineski sugeriu que essa relação fosse enviada por e-mail antes da reunião
207 e, em caso de destaque por parte de algum conselheiro, a correspondência deveria ser levada para
208 plenária. A sugestão foi acatada por todos os presentes. No relato do presidente, foi citado o termo de
209 cooperação com o Ministério Público elaborado através de uma audiência no dia doze de dezembro,
210 com a promotora Caroline Moreira Suzin, para participação no Centro de Apoio Operacional dos
211 Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH), promovendo uma parceria para fiscalizar o cumprimento
212 das normas de acessibilidade. Na leitura dos eventos, foi destacada a reunião do Grupo Estudos
213 Plano Diretor – FloripAmanhã, que gerou um material disponibilizado para o acervo do CAU. O
214 presidente salientou a importância dessas reuniões e lembrou que na primeira o CAU foi representado
215 pelo suplente Renee Gonçalves. O Conselheiro Sergio questionou a posse do Arquiteto Renee como



216 suplente, por este não se fazer presente na reunião de posse. O presidente disse que essa
217 informação seria verificada. Sobre o Concurso Nacional de Arquitetura para a Sede da FATMA e
218 FAPESC, o presidente relatou estar muito satisfeito que no primeiro ano de existência do CAU, tenha
219 ocorrido um concurso estadual, e externou seus cumprimentos ao Conselheiro Jobim que ficou em
220 terceiro lugar. Lembrou que o CAU é o vigésimo conselho da ASCOP, ao citar a Assembléia Ordinária
221 ocorrida no dia quatro de dezembro. Reforçou a importância do Seminário Internacional do CAU/BR,
222 enfatizando a proximidade e atenção que é dada aos estudantes em outros países, desde a
223 adolescência, não se importando se este se tornará um arquiteto, mas com o fim de gerar, ao menos,
224 um conhecimento cultural na área. Ao citar o 1º Encontro Anual do CAU/SC, que aconteceu no dia 08
225 de dezembro, o Conselheiro Jobim informou que após a finalização do evento, o decano do
226 Colégio Oficial de Arquitetos da Catalunya se disponibilizou a fazer uma relação institucional entre os
227 dois conselhos. Este se mostrou satisfeito com o exemplo que o CAU tem sido para os outros países,
228 começando do zero, pois mesmo com todo o conhecimento das escolas mais antigas, existe estrutura
229 engessada. O Conselheiro Sergio parabenizou a organização do Encontro, mas disse ter sentido falta
230 da abertura de espaço para discussões, manifestação dos profissionais. Solicitou que no próximo
231 Encontro seja aberto um espaço para debate, para que o CAU possa colher as informações e anseios
232 dos profissionais. O Conselheiro Raineski acrescentou que fosse alterada a formatação para que em
233 dois mil e treze fosse realizado um congresso, com um trabalho mais inclusivo de todos os
234 profissionais. O Conselheiro Jobim explicou que haverá não um congresso, mas uma conferência de
235 arquitetos, que acontece bienalmente, e lembrou que o encontro é anual. Salientou a perda do foco
236 dentro da comissão de organização do evento e lembrou que os debates tangentes ao encontro,
237 quase impossibilitaram o acontecimento do evento. Enfatizou a necessidade de um trabalho mais
238 organizado e mais focado para a comissão responsável pelo evento em dois mil e doze. Nada mais
239 havendo a tratar, o presidente Ronaldo de Lima reforçou a data da próxima plenária, dezoito de
240 janeiro de dois mil e treze e, desejando a todos um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo, declarou
241 encerrada a Décima Quarta Reunião Plenária. Para constar, eu, João Edmundo Bohn Neto, Diretor
242 Geral do CAU/SC, nomeado Secretário *Ad hoc*, lavrei a presente Ata que será rubricada em todas as
243 suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo Presidente Ronaldo de Lima para que reproduza os
244 efeitos legais.

Ronaldo de Lima
Presidente

João Edmundo Bohn Neto
Diretor Geral